

Sociedade Anônima
de Capital Fechado
CNPJ nº 08.222.510/0001-15
Belo Horizonte - MG

Cemig Baguari Energia S. A. | CEMIG



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2016 (EM FASE PRÉ-OPERACIONAL)

Senhores Acionistas,

A Cemig Baguari Energia S.A. ("Companhia" ou "Cemig Baguari") submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.000 mil, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Companhia Energética de Minas Gerais ("CEMIG").

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Administração da Cemig Baguari é grata ao Governo do Estado de Minas Gerais pela confiança e apoio constantemente manifestados durante o ano. Estendem também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais, municipais e à Administração da Cemig.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

ATIVO	Nota	2016		2015	
		Valor	Valor	Valor	Valor
CIRCULANTE					
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	42.404	11.626		
Tributos Compensáveis		93	-		
TOTAL DO CIRCULANTE		42.497	11.626		
ATIVO TOTAL		42.497	11.626		

PASSIVO

	Nota	2016		2015	
		Valor	Valor	Valor	Valor
CIRCULANTE					
Fornecedores - Materiais e Serviços		387	26.629		
Impostos, Taxas e Contribuições		210	146		
Imposto de Renda e Contribuição Social		-	5		
TOTAL DO CIRCULANTE		597	26.780		
NÃO CIRCULANTE					
Recursos Destinados a Aumento de Capital		39.892	39.892		
Imposto de Renda e Contribuição Social		433	122		
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		40.325	40.014		
TOTAL DO PASSIVO		40.922	66.794		
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	4				
Capital Social		1.000	1.000		
Prejuízos Acumulados		(211.411)	(189.389)		
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital		211.986	133.221		
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		1.575	(55.168)		
PASSIVO TOTAL		42.497	11.626		

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)	Nota	2016		2015	
		Valor	Valor	Valor	Valor
DESPESAS OPERACIONAIS	5				
Serviços de Terceiros		(19.919)	(31.089)		
Outros		(3.431)	(4.171)		
Prejuízo Operacional Antes do Resultado Financeiro		(23.350)	(35.260)		
Receitas Financeiras	6	1.955	754		
Despesas Financeiras	6	(66)	(16)		
Prejuízo antes dos Impostos		(21.461)	(34.522)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Corrente		(250)	(95)		
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		(311)	(122)		
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(22.022)	(34.739)		
PREJUÍZO LÍQUIDO POR LOTE DE MILAÇÕES - RS		(22.022)	(34.739)		

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)	Nota	2016		2015	
		Valor	Valor	Valor	Valor
RESULTADO DO EXERCÍCIO		(22.022)	(34.739)		
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES		-	-		
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		(22.022)	(34.739)		

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.000	(154.650)	133.221	(20.429)
Prejuízo do exercício	-	(34.739)	-	(34.739)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.000	(189.389)	133.221	(55.168)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	78.765	78.765
Prejuízo do exercício	-	(22.022)	-	(22.022)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.000	(211.411)	211.986	1.575

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cemig Baguari Energia S.A. ("Companhia" ou "Cemig Baguari"), sociedade de propósito específico - SPE, de capital fechado, foi constituída em 11 de julho de 2006 pela Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT" ou "Controladora"), na forma de subsidiária integral, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 9º andar ala B1, Santo Agostinho, Belo Horizonte/MG - CEP 30.190 - 131.

A Companhia tem por objetivo a produção e a comercialização de energia elétrica em regime de produção independente e a participação em outras sociedades ou consórcios que tenham por finalidade a produção e a comercialização de energia elétrica, em futuros empreendimentos.

A Companhia vem incorrendo em prejuízos operacionais e conta com o suporte de recursos de sua controladora. Estas Demonstrações Financeiras foram elaboradas sob o pressuposto da continuidade normal dos negócios da Companhia.

Em 31 de dezembro de 2016, o Ativo Circulante da Companhia excedeu o Passivo Circulante em R\$41.900. Foram programados aportes de recursos para o ano de 2017 pela Controladora.

A Companhia não teve operação nos anos de 2016 e 2015.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

2.1. Declaração de Conformidade

As Demonstrações Financeiras foram elaboradas e preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BRGAAP") que compreendem: a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC").

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 28 de junho de 2017, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2016.

2.2. Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos, mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em Reais, exceto quando indicado de outra forma.

2.4. Normas, interpretações e modificações que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2016, com possíveis impactos para a Companhia

As seguintes normas e alterações de normas entraram em vigor no exercício:

- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 - incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:

As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa);

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

2.5. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas com possíveis impactos para a Companhia

- Alterações à IAS 1 - Iniciativa de Divulgação - oferecem orientações com relação à aplicação do conceito de materialidade na prática.
- Alterações à IAS 16/CPC 27 e IAS 38/CPC 04 (R1) - Esclarecimento dos métodos de depreciação e amortização aceitáveis.
- Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2012-2014 - incluem diversas alterações a uma série de IFRSs, resumidas a seguir:
- As alterações à IFRS 5 introduzem orientações específicas com relação a quando uma entidade reclassifica um ativo (ou grupo de alienação) de "mantido para venda" para "mantido para distribuição para titulares" (ou vice-versa).

As alterações à IFRS 7 fornecem orientações adicionais para esclarecer se um contrato de serviços constitui envolvimento contínuo em um ativo transferido para fins das divulgações necessárias com relação a ativos transferidos.

A aplicação dessas alterações não teve impacto relevante sobre as divulgações ou os valores reconhecidos nas Demonstrações Financeiras da Companhia.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2017:

- Alterações ao IAS 12 - Reconhecimento de ativos fiscais diferidos para perdas não realizadas.
- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao IAS 7) - altera o IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa para esclarecer que as entidades devem fornecer divulgações que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliarem as alterações em passivos provenientes de atividades de financiamento. Aplicável a períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2017.

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros - estabelece que todos os ativos financeiros reconhecidos que estão inseridos no escopo da IAS 39 (equivalente ao CPC 38) sejam subsequentemente mensurados ao custo amortizado ou valor justo.
- Em relação ao impairment de ativos financeiros, o IFRS 9 requer o modelo de expectativa de perda no crédito, ao contrário do modelo de perda efetiva do crédito mencionada no IAS 39/CPC 38.
- IFRS 15 - Receitas de Contratos com clientes - em maio de 2014, a IFRS 15 foi emitida e estabeleceu um modelo simples e claro para as empresas utilizarem na contabilização de receitas provenientes de contratos com clientes. A IFRS 15 substituirá as orientações atuais de reconhecimento da receita presente no IAS 18/CPC 30 (R1) - Receitas, IAS 11/CPC 17 (R1) - Contratos de Construção e as interpretações relacionadas, quando se tornar efetiva.

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às normas apresentadas acima, com data de adoção para 2018 e 2019. Em decorrência do compromisso do CPC e da Comissão de Valores Mobiliários - CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória. A Companhia ainda está avaliando os impactos que estas novas normas e alterações de normas existentes terão sobre os valores e divulgações apresentados nas suas Demonstrações Financeiras.

2.6. Principais Práticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Financeiras, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 - Declaração de conformidade.

a) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou construtiva, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação.

b) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos. As despesas financeiras abrangem, principalmente, despesas bancárias.

c) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível ao acionista controlador da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados. Não há diferença entre o lucro básico por ação e o lucro por ação diluído.

3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	2016	2015
Bancos conta movimento	1.854	849
Aplicações financeiras		
Certificados de Depósitos Bancários	40.550	10.777
Total	42.404	11.626

As aplicações financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras. Todas as operações são de liquidez imediata, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósitos Bancários - CDBs pós-fixados são remunerados a um percentual do CDI divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP (que variam entre 75% a 85%, conforme operação).

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015 (Em Reais)

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	2016	2015
Prejuízo do Exercício	(22.022)	(34.739)
Despesas (Receitas) que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa		
Imposto de Renda e Contribuição Social	561	217
(Aumento) Redução de Ativos	(21.461)	(34.522)
Tributos Compensáveis	(93)	-
(Redução) Aumento de Passivos	(93)	-
Fornecedores	(26.242)	5.813
Impostos, Taxas e Contribuições Sociais	64	(470)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(255)	127
	(26.433)	5.470
Caixa Utilizado pelas Atividades Operacionais	(47.987)	(29.052)
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-	-
CAIXA LÍQUIDO UTILIZADO NAS ATIVIDADES OPERACIONAIS	(47.987)	(29.052)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Adiantamentos para Futuro Aumento de Capital (AFAC)	78.765	29.892
CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO	78.765	29.892
AUMENTO LÍQUIDO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	30.778	840
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		
No início do exercício	11.626	10.786
No fim do exercício	42.404	11.626
	30.778	840

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

	Capital Social	Prejuízos Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2014	1.000	(154.650)	133.221	(20.429)
Prejuízo do exercício	-	(34.739)	-	(34.739)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	1.000	(189.389)	133.221	(55.168)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	78.765	78.765
Prejuízo do exercício	-	(22.022)	-	(22.022)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	1.000	(211.411)	211.986	1.575

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

4. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2016 era de R\$1.000, dividido em 1.000 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, pertencentes à Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT").

5. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	2016	2015
Serviços de Terceiros (a)	19.919	31.089
Outros	3.431	4.171
TOTAL	23.350	35.260

a) Serviços de Terceiros

	2016	2015
Publicações Legais	15.427	33.081
Despesas (Recuperação) com serviços de Auditoria Externa	3.002	(3.387)
Outros	1.491	1.395
TOTAL	19.919	31.090

6. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2016	2015
Receitas Financeiras		
Renda de Aplicação Financeira no Mercado	1.955	754
	1.955	754

Despesas Financeiras

Multas	-	(7)
Outras despesas (recuperação de despesas) financeiras	(66)	(9)
	(66)	(16)
Resultado Financeiro	1.889	738

7. PROVISÕES

A Companhia é citada como parte em ações administrativas da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte, onde se discutem possíveis irregularidades na execução de serviços, no montante de R\$7.466.

8. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

Os instrumentos financeiros da Companhia estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, especificamente a depósitos bancários à vista, reconhecidos por valores que se aproximam do valor justo, fornecedores e recursos para aumento de capital.

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se nesta categoria os saldos de caixa, especificamente depósitos bancários à vista e os recursos para aumento de capital. São reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Outros Passivos: encontram-se nesta categoria os saldos de fornecedores. São mensurados ao custo amortizado mediante a utilização da taxa de juros efetiva;

Ativos Financeiros: Empréstimos e Recebíveis	2016		2015	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Aplicações Financeiras	40.550	40.550	10.777	10.777
Passivos Financeiros:				
Fornecedores	387	387	26.629	26.629

9. SEGUROS

A Companhia não possui apólices de seguro vigentes em 31